



TEORIA E EXERCÍCIOS

SEMED BARCARENA-PA

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DE BARCARENA PA

PROFESSOR LICENCIATURA PLENA EDUCAÇÃO FÍSICA

- ✓ Língua Portuguesa
- ✓ Informática
- ✓ Didática e Legislação
- ✓ Conhecimentos Específicos

DE ACORDO COM O EDITAL Nº 001/2026 – PMB/SEMED



Secretaria de Educação de Barcarena - PA

SEMED BARCARENA-PA

Professor Licenciatura Plena – Educação Física

APRESENTAÇÃO

Se você tem este livro em mãos, é porque está construindo sua jornada rumo à tão sonhada aprovação com compromisso e dedicação.

A Editora Nova Concursos será sua maior aliada neste percurso, oferecendo um material de qualidade que será seu guia de estudos.

Nosso livro foi elaborado com a experiência de professores renomados, especialistas em concursos públicos, somada à organização e dedicação do nosso time editorial.

O conteúdo programático do edital foi criteriosamente analisado para abordar todos os temas cobrados em um sumário que foi pensado para te apresentar uma sequência lógica; isso facilitará a compreensão do conteúdo cobrado para o cargo de Professor Licenciatura Plena – Educação Física de acordo com o Edital nº 001/2026 - PMB/SEMED, da Secretaria de Educação de Barcarena - PA.

Para complementar seus estudos e auxiliar sua memorização, ao decorrer da teoria você encontrará recursos como boxes *Importante e Dica*, com macetes valiosos selecionados para otimizar seu tempo; para um planejamento completo, ao final de todas as disciplinas apresentamos a seção *Hora de Praticar*, com questões gabaritadas da banca *Instituto Ágata*, organizadora contratada para a realização do certame, e também complemento de bancas variadas, para que você pratique a teoria e já conheça o perfil da banca.

Este material é um verdadeiro diferencial, pois proporciona uma abordagem completa e especializada que irá te guiar até o sucesso.

Vamos juntos rumo à aprovação!

AVISO IMPORTANTE

ESTE É UM MATERIAL DE DEMONSTRAÇÃO

Este arquivo é apenas uma amostra do conteúdo completo da apostila. Aqui você encontrará o sumário do material e algumas páginas selecionadas, para que possa conhecer a qualidade, a estrutura e a metodologia do nosso conteúdo. No entanto, esta não é a apostila completa.

POR QUE ADQUIRIR A VERSÃO COMPLETA?

- ✓ conteúdo organizado de acordo com o edital;
- ✓ teoria objetiva e atualizada;
- ✓ dicas e fluxogramas para auxiliar a memorização;
- ✓ questões gabaritadas para o treino da teoria.

**GARANTA A VERSÃO COMPLETA DO
MATERIAL COMPLETO COM DESCONTO!**

QUERO MATERIAL COMPLETO!

SUMÁRIO

LÍNGUA PORTUGUESA.....	11
■ LEITURA E INTERPRETAÇÃO DE TEXTOS	11
■ REDAÇÃO OFICIAL (OFÍCIO, MEMORANDO, AVISO, REQUERIMENTO, RELATÓRIO, ATA).....	14
Colocação Pronominal	45
■ ORTOGRAFIA OFICIAL VIGENTE	48
■ MORFOLOGIA/CLASSE DE PALAVRAS	49
ARTIGO	49
NUMERAL	50
SUBSTANTIVOS	50
ADJETIVOS	52
ADVÉRBIOS	54
PRONOMES	56
VERBOS	59
PREPOSIÇÕES	64
CONJUNÇÕES	65
INTERJEIÇÃO	66
■ SINTAXE DA ORAÇÃO E DO PERÍODO	66
Termos da Oração.....	67
ORAÇÕES COORDENADAS	73
ORAÇÕES SUBORDINADAS	74
REGÊNCIA	77
CONCORDÂNCIAS	79
■ PONTUAÇÃO E SEUS EFEITOS DE SENTIDO	85
■ SEMÂNTICA E ARGUMENTAÇÃO	88
SINONÍMIA	88
ANTONÍMIA	88
POLISSEMIA	89

■ COERÊNCIA E COESÃO TEXTUAL	89
ESTILÍSTICA E RECURSOS EXPRESSIVOS DA LÍNGUA	94
■ NORMA CULTA E USOS DA LÍNGUA (ADEQUAÇÃO COMUNICATIVA).....	95
VARIAÇÃO LINGUÍSTICA E SOCIOLINGUÍSTICA	97
■ GÊNEROS TEXTUAIS E DISCURSIVOS	97
■ ANÁLISE CRÍTICA DO DISCURSO.....	104
INFORMÁTICA	113
■ CONCEITOS BÁSICOS EM INFORMÁTICA.....	113
HARDWARE: UNIDADE CENTRAL DE PROCESSAMENTO, PERIFÉRICOS E DISPOSITIVOS DE ENTRADA, SAÍDA E ARMAZENAMENTO DE DADOS	113
SOFTWARE: TIPOS DE SOFTWARE, SOFTWARE LIVRE E SOFTWARE PROPRIETÁRIO, CONCEITOS BÁSICOS DE SISTEMAS OPERACIONAIS	116
■ NOÇÕES DE AMBIENTE WINDOWS E DISTRIBUIÇÕES LINUX	118
CONCEITOS DE ORGANIZAÇÃO E DE GERENCIAMENTO DE ARQUIVOS E PASTAS, PERMISSÃO DE ARQUIVOS, BACKUP	118
■ CONCEITOS E FUNÇÕES DE APLICATIVOS DE EDITORES DE TEXTO, PLANILHAS ELETRÔNICAS, APRESENTAÇÕES: PACOTE MICROSOFT OFFICE E LIBREOFFICE.....	146
■ INTERNET: CONCEITOS BÁSICOS E SERVIÇOS ASSOCIADOS À INTERNET	191
NAVEGAÇÃO, CORREIO ELETRÔNICO, GRUPOS DE DISCUSSÃO, BUSCA E PESQUISA, PLATAFORMAS DE COMUNICAÇÃO E COLABORAÇÃO	192
■ REDES DE COMPUTADORES.....	209
NOÇÕES BÁSICAS DE REDES DE COMPUTADORES, LAN, MAN, WAN E INTRANET, ENDEREÇAMENTO.....	209
■ SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO	212
CONCEITOS DE CONFIDENCIALIDADE, INTEGRIDADE, AUTENTICIDADE, DISPONIBILIDADE.....	212
DIDÁTICA E LEGISLAÇÃO	223
■ LEI Nº 9.394/1996 – LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO NACIONAL, E SUAS ATUALIZAÇÕES.....	223
■ LEI Nº 8.069/1990 – ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE, E SUAS ATUALIZAÇÕES.....	250
■ LEI Nº 13.005/2014 – PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, E SUAS ATUALIZAÇÕES	305
■ LEI Nº 14.113/2020 – LEI DO FUNDEB, E SUAS ATUALIZAÇÕES	310

■ LEI Nº 10.639/2003 E LEI Nº 11.645/2008, E SUAS ATUALIZAÇÕES: EDUCAÇÃO PARA AS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS, HISTÓRIA E CULTURA AFRO-BRASILEIRA, AFRICANA E INDÍGENA.....	321
■ LEI Nº 13.146/2015 – LEI BRASILEIRA DE INCLUSÃO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA, E SUAS ATUALIZAÇÕES	326
■ LEI Nº 12.764/2012 – POLÍTICA NACIONAL DE PROTEÇÃO DOS DIREITOS DA PESSOA COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA, E SUAS ATUALIZAÇÕES	348
■ DECRETO Nº 12.686/2025 – POLÍTICA NACIONAL DE EDUCAÇÃO ESPECIAL INCLUSIVA E REDE NACIONAL DE EDUCAÇÃO ESPECIAL INCLUSIVA, E SUAS ATUALIZAÇÕES E DECRETO Nº 12.773/2025	353
■ DIRETRIZES CURRICULARES NACIONAIS GERAIS PARA A EDUCAÇÃO BÁSICA; DIRETRIZES CURRICULARES NACIONAIS PARA A EDUCAÇÃO INFANTIL, O ENSINO FUNDAMENTAL E SUAS MODALIDADES	360
■ BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR – BNCC, E SUAS ATUALIZAÇÕES: COMPETÊNCIAS GERAIS, DIREITOS DE APRENDIZAGEM E DESENVOLVIMENTO, CAMPOS DE EXPERIÊNCIAS, ÁREAS DO CONHECIMENTO, COMPONENTES CURRICULARES E TEMAS CONTEMPORÂNEOS TRANSVERSAIS.....	371
■ EDUCAÇÃO DO CAMPO, EDUCAÇÃO ESCOLAR QUILOMBOLA, EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA E EDUCAÇÃO PARA AS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS: DECRETOS, NORMATIVAS, LEGISLAÇÕES ACERCA DOS TEMAS E SUAS ATUALIZAÇÕES, DIRETRIZES CURRICULARES NACIONAIS, CURRÍCULO, TERRITÓRIO, IDENTIDADE, DIVERSIDADE E PRÁTICAS PEDAGÓGICAS	383
■ DIDÁTICA E PRÁTICA DOCENTE: PLANEJAMENTO, OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM, METODOLOGIAS DE ENSINO, MEDIAÇÃO PEDAGÓGICA, LUDICIDADE, ORGANIZAÇÃO DA ROTINA, DO TEMPO E DO ESPAÇO ESCOLAR, AUTORES CLÁSSICOS E CONTEMPORÂNEOS DA PEDAGOGIA E DA DIDÁTICA	388
■ AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM E AVALIAÇÃO EDUCACIONAL.....	393
AVALIAÇÃO DIAGNÓSTICA	393
AVALIAÇÃO FORMATIVA	393
AVALIAÇÃO SOMATIVA	393
■ SAEB	394
■ DECRETO Nº 9.432/2018 – POLÍTICA NACIONAL DE AVALIAÇÃO E EXAMES DA EDUCAÇÃO BÁSICA	395
■ RECOMPOSIÇÃO DAS APRENDIZAGENS E USO PEDAGÓGICO DOS RESULTADOS.....	397
CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS.....	405
■ RELAÇÕES FUNDAMENTAIS.....	405
EDUCAÇÃO FÍSICA E EDUCAÇÃO	405

EDUCAÇÃO FÍSICA E CIÊNCIA DA MOTRICIDADE HUMANA	406
APRENDIZAGEM E DESENVOLVIMENTO MOTORAS, DESENVOLVIMENTO HUMANO	406
EDUCAÇÃO FÍSICA E CULTURA CORPORAL.....	407
EDUCAÇÃO FÍSICA E ESPORTE ESCOLAR.....	408
EDUCAÇÃO FÍSICA E SAÚDE& QUALIDADE DE VIDA	408
EDUCAÇÃO FÍSICA E CIDADANIA.....	409
■ TENDÊNCIAS PEDAGÓGICAS DA EDUCAÇÃO FÍSICA NA ESCOLA.....	410
DESENVOLVIMENTISTA, CONSTRUTIVISTA, CRÍTICO EMANCIPATÓRIA, CONCEPÇÃO DE AULAS ABERTAS, APTIDÃO FÍSICA E CRÍTICO-SUPERADORA.....	410
■ POSSIBILIDADES DE ATIVIDADES LÚDICAS.....	412
A LUDICIDADE, O LAZER E A RECREAÇÃO ESCOLAR: JOGOS, BRINQUEDOS E BRINCADEIRAS.....	412
■ CONTEÚDOS E METODOLOGIA	416
JOGO.....	416
ESPORTE	417
GINÁSTICA.....	417
LUTAS	417
ATIVIDADES RÍTMICAS.....	417
■ POSSIBILIDADES DE EXPERIÊNCIAS PRÁTICOTEÓRICAS: COGNITIVAS, SOCIAIS E AFETIVAS	417
COMPETIÇÃO, COOPERAÇÃO E SOCIABILIZAÇÃO	420
■ EDUCAÇÃO FÍSICA E EDUCAÇÃO INCLUSIVA	421
■ OS PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS E A EDUCAÇÃO FÍSICA PARA A EDUCAÇÃO BÁSICA	421
■ BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR: ASPECTOS ESPECÍFICOS DE EDUCAÇÃO FÍSICA.....	422
■ SOCORROS DE URGÊNCIA APLICADOS A EDUCAÇÃO FÍSICA	434
ORGANIZAÇÃO, ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DA EDUCAÇÃO FÍSICA E EVENTOS ESPORTIVOS	435
■ DIMENSÕES BIOLÓGICAS E FISIOLÓGICAS DO CORPO APLICADAS A PRÁTICA DE ATIVIDADES FÍSICAS	436
■ EDUCAÇÃO FÍSICA NA LDB (LEI 9694/96)	437
■ AVALIAÇÃO EM EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR.....	465

■ HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO FÍSICA	465
■ EDUCAÇÃO FÍSICA ESPECIAL	466
AS DIFERENTES DEFICIÊNCIAS E FORMAS DE TRABALHO NAS ESCOLAS.....	466
■ EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR PARA GRUPOS ESPECIAIS	467
GESTANTES E IDOSOS	467
HIPERTENSOS, DIABÉTICOS E OBESO	468
■ ANATOMIA BÁSICA: OSSOS, MÚSCULOS E ARTICULAÇÕES.....	468
■ PLANOS E EIXOS DE MOVIMENTOS	469
■ ABORDAGENS PEDAGÓGICAS PARA O ENSINO DA EDUCAÇÃO FÍSICA.....	469
ÉTICA PROFISSIONAL.....	470



LÍNGUA PORTUGUESA

LEITURA E INTERPRETAÇÃO DE TEXTOS

A interpretação e a compreensão textual são aspectos essenciais a serem dominados por aqueles candidatos que buscam a aprovação em seleções e concursos públicos. Trata-se de um assunto que abrange questões específicas e de conteúdo geral nas provas. Conhecer e dominar estratégias que facilitem a apreensão desse assunto pode ser o grande diferencial entre o quase e a aprovação.

Além disso, seja a compreensão textual, seja a interpretação textual, ambas guardam uma relação de proximidade com um assunto pouco explorado pelos cursos de português: a **semântica**, que incide seus estudos sobre as relações de sentido que a forma linguística pode assumir.

Portanto, neste material, você encontrará recursos para solidificar seus conhecimentos sobre interpretação e compreensão textual, associando a essas temáticas as relações semânticas que permeiam o sentido de todo amontoado de palavras, tendo em vista que qualquer aglomeração textual é, atualmente, considerada texto e, dessa forma, deve ter um sentido que precisa ser reconhecido por quem lê.

Assim, vamos começar nosso estudo fazendo uma breve diferença entre os termos **compreensão** e **interpretação** textual.

Para muitos, essas palavras expressam o mesmo sentido, mas, como pretendemos deixar claro neste material, ainda que existam relações de sinonímia entre palavras do nosso vocabulário, a opção do autor por um termo em vez de outro reflete um sentido que deve ser interpretado no texto, uma vez que a **interpretação** realiza ligações com o texto a partir das ideias que o leitor pode concluir com a leitura.

Já a **compreensão** busca a análise de algo exposto no texto e, geralmente, é marcada por uma palavra ou expressão, apresentando mais relações semânticas e sintáticas. A compreensão textual estipula aspectos linguísticos essencialmente relacionados à significação das palavras e, por isso, envolve uma forte ligação com a semântica.

Sabendo disso, é importante separarmos os conteúdos que tenham mais apelo **interpretativo** ou **compreensivo**. Esses assuntos completam o estudo basilar de semântica com foco em provas e concursos, sempre visando à sua aprovação.

INFERÊNCIA – ESTRATÉGIAS DE INTERPRETAÇÃO

A inferência é uma relação de sentido conhecida desde a Grécia Antiga e que embasa as teorias sobre interpretação de texto.

Dica

Interpretar é buscar ideias e pistas do autor do texto nas linhas apresentadas

Porém, apesar de aparentemente parecer algo subjetivo, há “regras” para se buscar essas pistas.

A primeira e mais importante delas é identificar a orientação do pensamento do autor do texto, que fica perceptível quando identificamos como o raciocínio dele foi exposto: se de maneira mais racional, a partir da análise de dados e informações com fontes confiáveis, ou se de maneira mais prática, partindo dos efeitos e das consequências, a fim de identificar as causas.

Por isso, é preciso compreender como podemos interpretar um texto mediante estratégias de leitura. Neste material, selecionamos as estratégias mais eficazes, que podem contribuir para sua aprovação em seleções que avaliam a competência leitora dos candidatos. A partir disso, selecionamos estratégias de leitura que foquem nas formas de inferência sobre um texto.

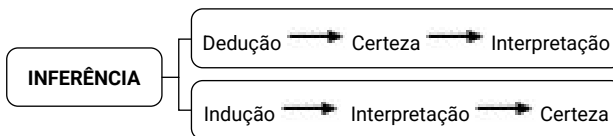
Dessa forma, é fundamental identificar como ocorre o processo de **inferência**, que se dá por **dedução** ou por **indução**. Para entender melhor, veja este exemplo:

O marido da minha chefe parou de beber.

Observe que é possível inferir várias informações. A primeira é que a chefe do enunciador é casada (informação comprovada pela palavra “marido”); a segunda é que o enunciador está trabalhando (informação comprovada pela expressão “minha chefe”); e a terceira é que o marido da chefe do enunciador bebia (informação comprovada pela expressão “parou de beber”). Note que há pistas contextuais do próprio texto que induzem o leitor a interpretar essas informações.

Tratando-se de interpretação textual, os processos de inferência, sejam por dedução ou por indução, partem de uma certeza prévia para a construção de uma interpretação, elaborada a partir das pistas oferecidas no texto, articuladas com as informações acessadas pelo leitor.

A seguir, apresentamos uma figura que representa como ocorre a relação desses processos:



A partir desse esquema, conseguimos visualizar melhor como o processo de interpretação ocorre. Agora, detalharemos esse processo, reconhecendo as estratégias que compõem cada maneira de inferir informações de um texto. Por isso, apresentaremos, nos tópicos seguintes, como usar estratégias de cunho dedutivo e indutivo e, ainda, como articular a isso o nosso conhecimento de mundo na interpretação de textos.

A INDUÇÃO

As estratégias de interpretação que observam métodos indutivos analisam as “pistas” que o texto oferece e, posteriormente, reconhecem alguma certeza na interpretação. Dessa forma, é fundamental buscar uma ordem de eventos ou processos ocorridos no texto, que variam conforme o tipo textual.

INFORMÁTICA

CONCEITOS BÁSICOS EM INFORMÁTICA

HARDWARE: UNIDADE CENTRAL DE PROCESSAMENTO, PERIFÉRICOS E DISPOSITIVOS DE ENTRADA, SAÍDA E ARMAZENAMENTO DE DADOS

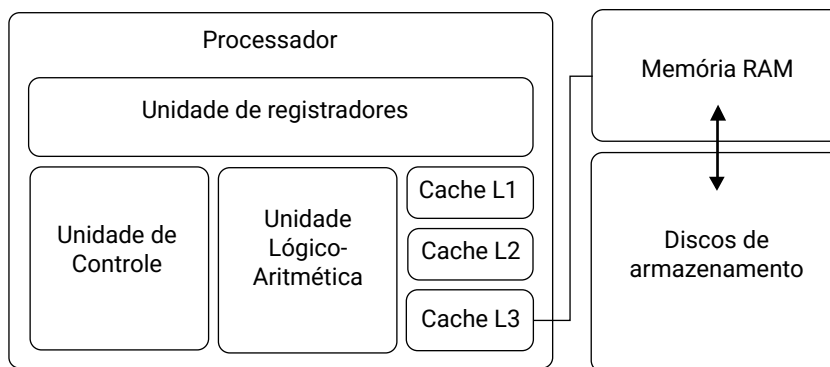
Existem várias formas de classificação do hardware, seja por meio da conexão, da natureza do componente, da utilização etc. Veja a seguir uma tabela, item por item, com os componentes de um computador, focando na conexão do componente e dicas relacionadas.

Dica

O processador do computador é o item mais questionado de hardware por todas as bancas organizadoras.

COMPONENTE INTERNO	DESCRIÇÃO	CONEXÃO E DICA
Processador	Principal item do computador. Instalado na placa mãe	Cérebro do computador, composto de três unidades: unidade lógica e aritmética ¹ , a unidade de controle ² e a unidade de registradores ³
Cache L1	Memória rápida nível 1 (level 1)	Próximo ao núcleo do processador
Cache L2	Memória rápida nível 2 (level 2)	Na borda do processador, próximo à memória RAM ⁴
Cache L3	Memória rápida nível 3 (level 3)	Na borda do processador, próximo à memória RAM. Alguns processadores novos possuem cache L3
Memória RAM	Memória principal	Adicionada nos slots de expansão da placa mãe, banco de memórias. Ela é temporária, volátil, de acesso aleatório

A seguir, vejamos um esquema do processador e seus componentes internos.



1 ULA, unidade matemática, unidade lógico-artmética, coprocessador automático.

2 Responsável pela busca da próxima instrução (que será executada) e decodificação.

3 Armazena os valores de entrada e saída das operações.

4 RAM – *Random Access Memory* – memória de acesso aleatório ou randômico. Conhecida como memória principal.

DIDÁTICA E LEGISLAÇÃO

LEI Nº 9.394/1996 – LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO NACIONAL, E SUAS ATUALIZAÇÕES

A EDUCAÇÃO INCLUSIVA: HISTÓRICO E DEBATES

Para a garantia de uma educação pública, gratuita e de qualidade, é preciso a participação dos estudantes em todas as atividades cotidianas da escola, para a efetivação de uma real inclusão desses sujeitos.

Por isso, antes de debater as legislações, é preciso considerar os **aspectos históricos, psicossociais, políticos e pedagógicos** que envolvem a educação especial inclusiva. Nesse contexto, Mendes (2010) analisa as mudanças históricas e sociais do campo da educação especial inclusiva no Brasil.

Segundo apresenta, é possível relacionar práticas e concepções vigentes ao contexto mais amplo de um país marcado por um longo período de descaso do poder público em relação à escolarização da população em geral e da presença marcante de instituições privadas de viés mais assistencialista-filantrópico do que educacional.

Assim, segundo a autora, iniciativas isoladas foram constatadas no Brasil na área da educação especial inclusiva até a década de 1970, quando respostas mais abrangentes são dadas a essa questão, especialmente com questionamentos ao pressuposto da segregação escolar como alternativa para o melhor atendimento às necessidades educacionais diferenciadas.

Fortalece-se, então, o princípio da integração escolar até a década de 1990, quando, em um contexto de redemocratização, começa a emergir o discurso atual da educação inclusiva, embora permaneça o quadro generalizado de exclusão escolar desses sujeitos.

Para Mendes (2010), essa situação não se limita à falta de acesso, mas se estende à ausência de profissionais qualificados, de recursos e de responsabilização do poder público ao direito à educação.

Considerando essas mudanças referentes ao campo da educação especial inclusiva no Brasil, é importante ressaltar as orientações e determinações presentes nos documentos legais, promulgados nos últimos anos, como:

- a Constituição Federal, de 1988;
- a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), de 1996;
- a Resolução CNE/CEB nº 2, de 2011;
- a Política Nacional da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, de 2008;
- o Plano Nacional de Educação, de 2014; e
- a Lei nº 13.146, de 2015.

Entende-se que esses regulamentos representaram grandes avanços a nível nacional, principalmente no que diz respeito aos objetivos da educação especial inclusiva, ao seu público-alvo e ao papel do Estado na

efetivação das políticas e do direito à educação, direito formal de todos os cidadãos, no âmbito dos direitos sociais.

Em relação à educação de pessoas com deficiência, esses documentos refletem os avanços históricos quanto aos objetivos da educação especial inclusiva, sendo que a Lei Brasileira de Inclusão (2015) apresenta uma visão mais ampla e flexível, considerando que o objetivo principal é assegurar a proteção da dignidade da pessoa com deficiência.

São estabelecidos novos direitos tanto no âmbito educacional — como acesso, permanência, aprendizagem e participação nas instituições de ensino — quanto no mercado de trabalho, na habitação, na saúde, dentre outros âmbitos, para possibilitar vivências dignas e igualitárias.

Essa ampliação também pode ser observada em relação ao público-alvo, já que há, nos documentos recentes, uma caracterização das especificidades dos estudantes com deficiência, com transtornos globais do desenvolvimento e com altas habilidades/superdotação, a serem observadas nas práticas de ensino-aprendizagem.

Há, assim, um novo olhar à perspectiva da educação inclusiva, com o estabelecimento de linhas de ações que norteiam a compreensão da inclusão como um movimento para além da educação de pessoas com deficiência.

Todavia, a efetivação do direito à educação e de outros direitos a potencializar a inclusão desses sujeitos ainda encontra uma série de dificuldades, especialmente em um país como o Brasil, marcado por diferenças culturais e desigualdades sociais significativas. Para Mendes (2010), apesar da expansão, em um contexto de fortalecimento do pensamento neoliberal e de minimização da responsabilidade do poder público, mantém-se, atualmente, a necessidade de construção de uma escola pública de qualidade e democrática para todos.

Nesse contexto, Ainscow (2009) discute sobre os desafios e possibilidades vinculados à educação inclusiva, o executando por meio de uma revisão ampla das perspectivas que se fazem presente nesse campo de conhecimento.

Para o autor, existem várias ideias de inclusão a nível internacional e que **questionam a própria organização escolar**, a saber:

- inclusão referente à deficiência e à necessidade de educação especial;
- inclusão como resposta a exclusões disciplinares;
- inclusão que diz respeito a todos os grupos vulneráveis à exclusão;
- inclusão como forma de promover escola para todos;
- inclusão como educação para todos.

Feito isso, Ainscow (2009) apresenta o modo como a inclusão, mais do que uma definição única e consensual, deve ser desenvolvida nas escolas, de acordo com seu contexto particular. Para ele, deve-se apresentar, de forma precisa e a partir de valores inclusivos (igualdade, participação, comunidade, compaixão, respeito pela diversidade, sustentabilidade, direito), as ações e políticas que precisam ser colocadas em prática.

Além de compreender o que significam esses valores, seria importante entender a forma como são transformados em práticas inclusivas a partir de um processo a ser construído coletivamente.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

RELAÇÕES FUNDAMENTAIS

As relações fundamentais da educação física dizem respeito aos vínculos que essa área de conhecimento estabelece com a educação, com a ciência do movimento humano, com a cultura, com o esporte, com a saúde e com a formação para a cidadania. Reunir esses vínculos sob um mesmo estudo permite compreender por que a educação física ocupa lugar próprio no currículo escolar e qual é o objeto que ela trata pedagogicamente.

O estudo dessas relações tem finalidade de fundamentação teórica, porque organiza o repertório conceitual que sustenta a atuação do professor na escola. Quem domina os fundamentos consegue justificar suas escolhas didáticas, articular conteúdos a objetivos formativos e situar a educação física no projeto pedagógico, em lugar de reduzi-la a uma sequência de atividades sem intenção educativa.

O percurso examina sete eixos articulados, do mais geral ao mais específico, começando pela inserção da educação física na educação e pela discussão sobre a ciência da motricidade humana, seguindo pela aprendizagem e pelo desenvolvimento motores, pela cultura corporal, pelo esporte escolar, pela saúde e qualidade de vida e encerrando na cidadania.

EDUCAÇÃO FÍSICA E EDUCAÇÃO

A Educação Física como Prática Educativa

A educação física é uma prática pedagógica que insere o corpo e o movimento humano no conjunto das intenções educativas da escola, ao lado das demais áreas do conhecimento. Compreendê-la como prática educativa significa reconhecer que suas aulas perseguem objetivos de formação, e não apenas a ocupação do tempo com exercícios ou o gasto de energia das crianças.

A condição de componente curricular obrigatório está assegurada na Lei nº 9.394, de 1996, cujo art. 26, § 3º determina que a educação física, integrada à proposta pedagógica da escola, é parte obrigatória da educação básica. O mesmo dispositivo prevê situações em que a prática se torna facultativa para o estudante, o que confirma a permanência do componente no currículo mesmo quando a frequência às atividades é dispensada.

Atenção! A obrigatoriedade recai sobre a oferta do componente pela escola, ao passo que a participação nas atividades práticas pode ser facultada a determinados estudantes, como aqueles que cumprem jornada de trabalho extensa ou prestam serviço militar. Trocar uma coisa pela outra leva à leitura equivocada de que a educação física seria dispensável no currículo.

Ao longo do século XX, a área percorreu um caminho de ressignificação que partiu do adestramento físico de inspiração militar e higienista e chegou à compreensão atual de prática formativa plena. Esse deslocamento alterou o que se espera da aula, porque o foco saiu do rendimento corporal padronizado e passou para a aprendizagem de práticas culturais de movimento com sentido para o estudante.

Falar em educação do movimento e em educação pelo movimento ajuda a precisar a função do componente. No primeiro sentido, ensinam-se gestos, habilidades e conhecimentos sobre o próprio corpo; no segundo, o movimento serve de meio para desenvolver autonomia, convivência e leitura crítica do mundo. O professor articula as duas dimensões quando planeja a aula como mediação intencional, não como simples recreação.

Concepções de Corpo e de Movimento

A maneira como cada concepção entende o corpo determina o tipo de educação física que se pratica na escola, razão pela qual a discussão sobre corpo antecede qualquer escolha metodológica. A tradição que separa corpo e mente, herdada do pensamento cartesiano, tratou o corpo como instrumento a ser treinado, dissociado dos processos de pensar e sentir.

Em oposição a essa visão, consolidou-se a compreensão do corpo como totalidade, em que aspectos motores, cognitivos e afetivos integram um mesmo sujeito que se expressa e aprende pelo movimento. O movimento humano deixa de ser visto apenas como deslocamento mecânico de segmentos e passa a carregar significado cultural, histórico e simbólico produzido nas relações sociais.

A crítica à imobilidade imposta às crianças na escola tradicional foi formulada com clareza por João Batista Freire, na proposta de uma educação de corpo inteiro, que recusa o confinamento do aluno à carteira e defende o movimento como dimensão legítima da aprendizagem. Corpo e mente são entendidos como componentes que integram um único organismo, de modo que educar o corpo é também educar a inteligência e a sensibilidade.

Não confunda corpo como objeto biológico com corpo como sujeito cultural. A educação física escolar contemporânea trabalha o segundo, sem desprezar as bases biológicas, porque o movimento que interessa à escola é aquele carregado de intenção, história e significado para quem o realiza.

A Legitimação da Educação Física como Componente Curricular

Durante a década de 1980, a educação física brasileira viveu uma intensa crise de identidade, em que se questionou qual seria o conhecimento específico que justificaria sua presença obrigatória na escola. O debate confrontou a herança da aptidão física com a necessidade de definir um objeto próprio, capaz de diferenciar o componente das demais áreas e de sustentar sua função formativa.

A resposta que ganhou força localizou a especificidade da área no trato pedagógico das práticas corporais historicamente produzidas pela humanidade, ou seja, no movimento humano dotado de sentido cultural. Essa delimitação retirou a educação física do papel auxiliar de promover apenas saúde ou disciplina e a

MAIS DE 100 MIL ALUNOS APROVADOS!

 799 APROVADOS NO
BANCO DO BRASIL 2021

 92 APROVADOS
NO TJ-MG 2022

 213 APROVADOS
NO SEAGRI/DF 2022

 337 APROVADOS
NO INSS 2022



GOSTOU DESSA DEMONSTRAÇÃO?

Aproveite o Desconto especial e adquira
a versão completa desse material!

ADQUIRIR MATERIAL COMPLETO